

Resolução Conjuntura CONUNE 2025

DEFENDER O BRASIL NOS UNE! POR UM PAÍS SOBERANO: DERROTAR A EXTREMA DIREITA, TAXAR OS SUPER RICOS E INVESTIR EM EDUCAÇÃO!

O mundo enfrenta o aprofundamento de desigualdades e exploração decorrentes da crise do capitalismo, sobretudo após 2008 e, com isso, a elite imperialista mundial tende a provocar grandes tensões, guerras e miséria para manutenção do seu acúmulo e concentração de riquezas. O caminho político dos mais ricos tem sido o fortalecimento da extrema direita, para construção de maiorias eleitorais e acumulação de força social que permitam o enraizamento da agenda neoliberal e o avanço em políticas que agudizam as condições precárias de vida da classe trabalhadora. Assim, a aliança política das elites financeiras com a extrema direita, através de uma política autoritária e fascistizante, acentua um modelo econômico predatório baseado na exploração da força de trabalho e dos recursos naturais visando à acumulação de lucros e tenta impor um conjunto de retrocessos a direitos civilizatórios conquistados historicamente.

A crise permanente do capitalismo não apenas suprime direitos e precariza a vida material da juventude, mas também a adoce. Vivemos um tempo de desesperança, onde os sonhos coletivos são substituídos pela angústia, pela solidão e pelo medo. A juventude, sobretudo das periferias, sobrevive sem horizontes, cercada por violência, encarceramento e genocídio. Precisamos resgatar a esperança como um ato político. Precisamos apresentar a disputa do futuro, relacionando que essa disputa perpassa a luta contra extrema-direita, apresentando a defesa da democracia e destacando a importância de radicalizar a democracia neste momento.

O imperialismo tem mostrado seu lado mais obscuro, a guerra e a miséria tem sido suas armas de ataque principal: ataques contra o Irã, Líbano, outro exemplo é o retorno de Trump à presidência dos Estados Unidos que amplia a ofensiva autoritária e desumana, reforçando uma política anti-imigratória, racista, transfóbica e uma escalada tarifária generalizada a vários países do mundo. Nas últimas semanas, o governo estadunidense atacou o Brasil através de uma carta que questiona assuntos internos da justiça e da política brasileira e ameaça taxar em 50% as nossas exportações, caso haja a punição do seu fantoche o golpista Jair Bolsonaro e sua quadrilha.

Este grave insulto dos EUA deve ser respondido à altura, com a união de todas as forças que verdadeiramente defendem o Brasil e nossa gente diante da sanha imperialista daqueles que enxergam a América Latina como seu quintal. Neste momento, defender nossa soberania e os direitos do nosso povo é ecoar de forma uníssona: O Brasil é dos brasileiros! Defender a soberania nacional é defender um projeto de Brasil que tenha capacidade de trilhar seus próprios caminhos a partir dos interesses de seu povo, sem intervenções e violências da elite econômica internacional e que esteja de portas abertas a todos os imigrantes.

Em relativo declínio, os Estados Unidos tentam a todo custo manter sua abalada hegemonia no mundo, com o objetivo de sufocar qualquer projeto de soberania nacional e enfraquecer o Sul Global, como uma estratégia central do capitalismo financeirizado. A exemplo disso vimos recentemente as tentativas de golpes militares na Bolívia, o apoio ao governo autoritário e antipopular de Milei na Argentina e o recrudescimento do bloqueio econômico à Cuba. Em contrapartida, os BRICS podem apresentar medidas alternativas à hegemonia do dólar americano, construindo um novo sistema monetário e financeiro internacional que supere o favorecimento dos EUA frente às demais nações. Neste sentido, observamos a reconfiguração das relações de poder no mundo onde novas potências disputam os rumos da geopolítica. A hegemonia do imperialismo dos EUA que tenta sobreviver por meio do financiamento destas guerras, do genocídio e da aposta na

extrema-direita se vê em confronto com o crescimento econômico e geopolítico da China, que apresenta pistas para a reorganização da luta anti-imperialista mundial nesta quadra histórica.

É em meio a essas disputas que podemos observar a proliferação de guerras e conflitos em todo globo, com destaque a ofensiva do projeto colonial sionista sobre os território palestino e a execução de um verdadeiro genocídio deste povo. É preciso que o Brasil ouça o chamado palestino por Boicote, Desinvestimentos e Sanções e Lula rompa com todas relações com o Estado de Israel.

No contexto brasileiro recente, após o golpe à Presidenta Dilma Rousseff e os governos da direita, que foram marcados por retrocessos e ataques aos direitos sociais, mas também por intensas batalhas dos movimentos populares e democráticos, a eleição de Lula em 2022, significou um rompimento temporário de um ciclo de ataques ao povo brasileiro. Devemos destacar o papel da UNE, que organizou os Tsunamis da Educação e construiu atos massivos pelo Fora Bolsonaro e foi fundamental na formação de uma frente ampla democrática. Esse momento iniciou um novo período político no país, com a oportunidade de retomar um projeto de nação voltado para o povo, simbolizando uma derrota significativa do neofascismo tanto no Brasil quanto na América Latina. No entanto, a superação definitiva do bolsonarismo e da extrema direita exige mais do que uma derrota eleitoral: é necessário dismantelar suas bases econômicas, políticas e ideológicas, que permanecem fortes dentro das instituições do Estado e na sociedade.

A tentativa de golpe por parte de Bolsonaro e seu esforço para solapar a democracia no Brasil representam um período obscuro que não deve ser esquecido ou ignorado. Lutar pela prisão e a responsabilização daqueles que ameaçaram a democracia e tentaram tomar o poder de maneira violenta após a derrota de seu projeto antidemocrático nas eleições de 2022, não é apenas uma questão de justiça, mas também uma forma de afirmar que não há mais espaço na nossa história para golpes e para o autoritarismo. Por isso a luta “Sem Anistia! Prisão para Bolsonaro e os golpistas!” é central para o movimento estudantil.

Com o avanço da extrema direita no território brasileiro, cresce nas periferias a violência policial, ceifando milhares de vidas. E sabemos quem são os mais afetados com a política de extermínio do Estado: a juventude negra, as mulheres, as pessoas LGBTQIAPN+ e os mais pobres. É preciso lutar para que a juventude negra e periférica tenha o direito de viver, estudar e construir um futuro diferente para o Brasil, mas para isso precisamos de políticas públicas que deem centralidade à educação, cultura, lazer e, sobretudo, que garantam o direito à infância. De igual modo, a centralidade da luta pelos direitos sociais das pessoas trans e travestis se dá no combate direto aos elementos mais reacionários da disputa ideológica contra a extrema direita. e parte da identificação das pessoas trans e travestis como inimigas públicas centrais, e desde o lugar de inimigas na nação têm a desumanização como sua principal ferramenta. A luta pelo direito à vida, a cidadania e o direito ao acesso e permanência no ensino superior são pautas incontornáveis para os movimentos sociais e o conjunto do movimento estudantil combativo.

Diante da necessidade de transformarmos o país, enxergamos o desafio de fortalecer o governo Lula, preservando a nossa independência, e apostar na mobilização para que a esquerda volte a protagonizar a política nacional e colocar a classe dominante na defensiva, sem recuar ou retroceder diante da pressão do centrão e da extrema direita, de modo a ampliar sua capacidade de implementar o programa para o qual foi eleito. Tendo em vista que é um governo em um contexto de frente ampla democrática, constituída por diversos setores e disputada por interesses muitas vezes distintos. De um lado, um campo da sociedade que historicamente construiu lutas por democracia e mais direitos para a classe trabalhadora. Por outro, setores mais conservadores, que não se comprometem com uma agenda de mudanças econômicas, políticas e sociais que melhorem as condições de vida do povo. O governo lida com um congresso nacional de maioria fisiológica, dirigido por partidos da direita e que mantém práticas do período de Bolsonaro, como o sequestro

de 1/3 do orçamento discricionário da união pelas emendas parlamentares impositivas e assume uma postura de constante chantagem ao Planalto, como ficou comprovado na votação que protegeu os privilégios de bilionários, bancos e bets contra a nova alíquota de IOF proposta pelo governo federal.

A atual política fiscal é um exemplo dessa disputa, em que o mercado, aliado a este Congresso, opera uma política que inviabiliza a manutenção e ampliação dos nossos direitos direcionando esforços para setores da economia que poderiam ajudar na recuperação fiscal do país. O governo enfrenta limitações impostas pela atual correlação de forças e, diante das pressões do mercado financeiro, adota uma política econômica que ainda não encontra soluções para libertar o Brasil e o orçamento das amarras impostas historicamente ao povo brasileiro, como evidencia a implementação do Arcabouço Fiscal. É verdade que há medidas relevantes, como a reforma do imposto de renda, que desonera um expressivo número de pessoas do pagamento do IR, reduz a alíquota de parte da população e caminha para a justiça tributária no Brasil. No entanto, a pressão do mercado financeiro, com a influência da grande mídia sobre o governo, tem resultado em uma política fiscal que também inclui cortes no orçamento público, o que impacta diretamente setores como a educação e limita investimentos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, atinge direitos trabalhistas históricos, como o abono salarial, que é um benefício essencial para todos os trabalhadores sob o regime CLT, e também o reajuste do salário mínimo, que afeta milhões de brasileiros.

Diante dessa disputa, o caminho para o fortalecimento do projeto popular e de isolamento da extrema direita, não está em ceder à pressão do mercado financeiro e seus tentáculos. As últimas semanas demonstraram que quando o Presidente Lula e o governo partem para a ofensiva político ideológica, a esquerda tem condição de virar o jogo e ser protagonista da política brasileira. É preciso apostar na mobilização popular e na unidade dos movimentos sociais para alterar a correlação de forças e conquistar a superação da política econômica e fiscal do Déficit Zero, da alta taxa de juros sustentada pelo Banco Central e da manutenção do tripé macroeconômico, que são obstáculos para o fortalecimento de um outro projeto de país e a ampliação dos investimentos em educação e áreas estratégicas para o enfrentamento da desigualdade social. O Brasil chegou com a última reunião do Banco Central à segunda maior taxa de juro real do mundo, a Selic bateu 15%, o maior valor dos últimos 20 anos. Os juros altos figuram como um dos principais entraves para o desenvolvimento. O golpe dos rentistas é um golpe nos setores produtivos da sociedade e na classe trabalhadora. Desde o início do ano, Gabriel Galipolo assumiu a presidência do Banco Central e desde então, de forma totalmente insensível mantém a política do seu antecessor bolsonarista Campos Neto, ele vem subindo a taxa de juros que drena recursos de toda população para o bolso do banqueiro. A cada 45 dias a diretoria do Banco Central se reúne para roubar o país subindo a taxa de juros, é nosso dever estar presentes em cada reunião e convocando os estudantes e a população para essa luta! Dia 29 de julho é a próxima reunião e precisa ser um dia chave de mobilização para redução da taxa de juros!

Devemos seguir na defesa do aumento real do salário mínimo, que é uma das principais políticas de distribuição de renda e crescimento econômico, e pela garantia do BPC e dos pisos constitucionais da saúde e da educação. Além disso, é necessário uma forte campanha pela regulamentação das redes sociais e democratização dos meios de comunicação e Internet. A extrema direita é impulsionada por "milícias digitais" e os magnatas das Big Techs ditam os algoritmos e não se trata apenas de desinformação: trata-se do controle da subjetividade, da manipulação dos afetos, da organização do ódio e da conversão de algoritmos em armas ideológicas. No Brasil de 2025, não podemos continuar reféns de bilionários e Big Techs.

Neste ano o Brasil ainda realizará a COP 30 em Belém e diante da profunda ameaça colocada pela emergência climática a agenda socioambiental deve estar no centro. As limitações do regime formal de governança ambiental são evidentes, as metas do Acordo de Paris ainda não são cumpridas pelos governos. A COP deste ano já está marcada pelo descompromisso por parte dos EUA, que sob a administração Trump implementa uma política de negacionismo climático que vai até às últimas consequências no aprofundamento do capitalismo e da injustiça ambiental. Além disso, a bancada do agronegócio coloca o futuro do nossa fauna e flora em xeque ao aprovar o PL 2159/21, apelidado de PL da devastação que ao flexibilizar o licenciamento ambiental, fragiliza a fiscalização, amplia indiscriminadamente as fronteiras do agronegócio e abre caminho para mais desmatamento e garimpo ilegal, é um verdadeiro ataque às riquezas naturais que pertencem ao povo brasileiro e às futuras gerações. Diante disso, o Brasil deve dar o exemplo internacional, sendo parte da alternativa no enfrentamento à crise climática, contribuindo com o debate da transição energética, da transição ecossocial, combatendo o racismo ambiental e as injustiças climáticas. É fundamental valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos originários e integrar o saber acadêmico para construir um futuro pautado pela justiça climática.

Assim, a unidade mais do que nunca é a bandeira da esperança. A UNE assume uma tarefa gigantesca para o próximo período, com o desafio de popularizar o discurso, as lutas e conquistar mentes e corações em torno de um projeto de país que promova a emancipação social e ecológica, o desenvolvimento industrial e social, ambientalmente sustentável em busca da retomada do crescimento, da valorização do trabalho, do enfrentamento das desigualdades estruturais e da melhoria das condições de vida do povo.

A grande unidade que construímos nas ruas e nas universidades contra a extrema direita que possibilitou a eleição de Lula, precisa estar também representada dentro da União Nacional dos Estudantes. Somente de punhos erguidos, resguardando o espaço para as divergências, mas construindo a UNE com independência e com uma agenda avançada de mobilização popular é que conquistaremos mudanças profundas em nosso país. É neste sentido que a União Nacional dos Estudantes precisa seguir a mobilização do Plebiscito Popular para conquistar a taxa dos super ricos, o fim da escala 6x1 e deixar a marca da UNE e dos movimentos sociais registrada nessa vitória que, se alcançada, representará melhorias para a vida de todos os brasileiros, pois, os temas centrais do nosso país devem ser decididos pelo povo.

Ao longo dos seus quase 88 anos, a UNE superou os desafios impostos a cada geração. Em seu interior, uma grande pluralidade de opiniões políticas, enraizadas nas bases das universidades, movimenta e alimenta essa grande força viva da juventude brasileira. Toda essa multiplicidade constitui uma grande riqueza para os estudantes brasileiros e faz com que sua entidade máxima seja uma grande síntese do nosso país. Para que a UNE cumpra seu papel histórico em defesa do Brasil e derrote os traidores da nação, convocamos mais uma vez a unidade dos movimentos sociais e do nosso povo!

Pátria Livre! Venceremos!